



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 06 – Ano III – 10/2014
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

O papel da prosódia em enunciados de ordens e pedidos

Profª. Drª. Adriana Nascimento Bodolay

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Brasil
Docente da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM - Diamantina - MG - Brasil

<http://lattes.cnpq.br/0751216352497437>

E-mail: adriana.bodolay@ufvjm.edu.br

Resumo: O presente trabalho faz parte da tese de doutorado *Pragmática da entonação: a relação prosódia/contexto em atos diretivos no Português* e tem por objetivo apresentar uma discussão sobre o uso da prosódia como elemento modalizador na produção de enunciados de ordem e pedidos no português brasileiro, tomando por base a Teoria dos Atos de Fala. Nas situações comunicativas, a prosódia é intencionalmente usada pelo locutor para demonstrar uma atitude de autoridade ou, ao contrário, para minimizar o caráter imperativo da ordem. O uso dessa estratégia nos leva a considerar a prosódia como um aspecto modalizador desse tipo de enunciado. De modo a desenvolvermos essa questão, abordamos os conceitos de modo, modalidade e modalização, buscando observar a interação entre prosódia e atos de ordem e pedido em Português.

Palavras-chave: Prosódia. Atos de fala. Ordem. Pedido. Modalização.

Introdução

Usar a linguagem significa interagir palavras, ações, atitudes, percepções e opiniões em situações diversas. A comunicação verbal pode ser utilizada para representar eventos ocorridos no mundo real, expressar desejos e emoções, ou mesmo modificar o contexto em que os usuários se encontram. Assim, a língua é parte da comunicação humana que empregamos com a função de afirmar, questionar, expressar estados mentais, ordenar, pedir, comunicar pensamentos, dentre outros (Sperber e Wilson, 1995).

O objetivo deste trabalho é procurar responder à questão sobre o papel da prosódia em enunciados de ordem e de pedido em Língua Portuguesa. A hipótese é a de que os aspectos prosódicos exercem uma função atitudinal (FONÁGY, 2003): a partir deles, o falante demonstra uma face positiva ou negativa ao seu ouvinte. Dessa maneira, ao empregar formas entonativas com menor variação melódica, o falante demonstra não haver opção de deixar de o ouvinte executar a ação do conteúdo proposicional do enunciado, configurando, assim, uma ordem.

De modo a verificarmos se de fato esse uso ocorre, buscamos inicialmente compreender, do ponto de vista morfológico, como enunciados de ordens e pedidos são elaborados em Português. Nessa busca, verificamos que as descrições dos estudos tradicionais reduzem esses atos de fala ao modo verbal imperativo. Além desse aspecto, os compêndios gramaticais indicam que o modo imperativo pode ser usado para ordenar, pedir, suplicar, convidar, sugerir, dentre outros. Isso significa que não há diferença de estrutura sintática ou morfológica nos enunciados que podem ser utilizados para quaisquer dessas intenções comunicativas.

Portanto, caberia à prosódia o papel de distinguir as duas categorias de enunciado investigadas neste estudo. Assumimos aqui que pistas prosódicas são utilizadas intencionalmente pelo falante de modo a demonstrar a sua atitude frente à situação comunicativa, cabendo a essas pistas, assim, a função de modalizar os enunciados em questão.

1. O modo verbal imperativo

Para melhor compreendermos a relação entre prosódia e enunciados de ordem e pedido, faz-se necessário discutir o conceito de modo verbal. Crystal (1985) define que um modo encontra-se relacionado tanto a um tipo de oração ou sentença, do ponto de vista morfossintático, quanto a uma atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional de um enunciado, no que diz respeito à semântica. Ao afirmarmos que, em uma sentença, um verbo encontra-se no modo indicativo, subjuntivo ou imperativo, de certa forma estamos observando de que forma o locutor se posiciona sobre o conteúdo proposicional, uma vez que esse pode estar certo do acontecimento (morfologicamente indicada pelo modo indicativo), pode ter dúvidas quanto ao fato (representada com a marca do modo subjuntivo) ou pode expressar uma demanda por alguma ação do interlocutor (utilizando o modo imperativo).

Assim, o autor defende que o modo imperativo refere-se à forma verbal ou às sentenças que exprimem ordem. Essa análise, porém, é bastante restrita, pelo menos no que tange às possibilidades de atos de fala: ordenar, pedir, suplicar, advertir, convidar, ameaçar podem ser expressos pela mesma forma verbal imperativa, contudo são ações distintas.

Vale notar que a expressão da atitude extrapola o sentido veiculado pelo modo verbal. É possível ao falante dar uma ordem com veemência ou fazer um pedido com insistência, por exemplo. Contudo, nos estudos tradicionais, não se faz referência a essas possibilidades de uso, nem mesmo de que forma os falantes deixam explícitas suas atitudes em enunciados dessa categoria.

É importante frisar que Monteil (1970, p. 269) traduz o termo *modi* como “maneiras”. Os modos, expressos, sobretudo em verbos, são concretizados em morfemas e agregados aos itens lexicais. São utilizados para expressar vontades, eventualidades, crenças, valores, dentre outros. O autor define o imperativo como uma vontade traduzida em ordem. Como o subjuntivo, em latim, é o modo verbal que expressa vontade, a base para a sua formação morfológica nessa língua consiste nas formas do subjuntivo.

No que se refere à formação do modo verbal imperativo no Português, as gramáticas de Said Ali (2001) e Cunha e Cintra (2001) postulam que o imperativo afirmativo é formado a partir das flexões do presente do indicativo, para a 2ª pessoa

do singular, sem a terminação -s, e do presente do subjuntivo, para a 3ª pessoa do singular. Dentre os exemplos dados, temos o caso do verbo cantar, que assumiria, teoricamente, as formas *canta tu*, *cante você*, valendo a mesma regra para as demais conjugações verbais.

No uso, as regras para a formação do imperativo não são tão rígidas. Conforme relata Scherre (2002), o imperativo é uma forma linguística que sofre variação dialetal. Nos dialetos do nordeste brasileiro, é comum o falante utilizar um padrão próximo ao que prevê a gramática normativa. Uma hipótese provável, à qual não nos dedicamos neste trabalho, pode ser o uso do pronome de 2ª pessoa do singular nesses dialetos.

Por sua vez, nos dialetos do sudeste, como é o caso de Minas Gerais, a forma frequentemente utilizada é o pronome da segunda pessoa do singular (*você*) com a forma verbal da 2ª pessoa do singular do modo imperativo. Assim, por exemplo, o uso previsto pela gramática normativa seria “cante você”, que não corresponde aos dados de Scherre (2002), a qual encontra dados correspondentes a “canta você”, em diversos textos desses dialetos. Esse fato pode ser um indício de uma permuta entre presente do indicativo e o modo imperativo. Ao utilizar a forma da 3ª pessoa do indicativo (*canta*) e o pronome de segunda pessoa (*você*), há uma aparente tendência a se manter o paradigma de conjugação do modo imperativo, cuja forma para a 2ª pessoa toma como base a forma do presente do indicativo.

De forma diferente do que propõe Scherre (2002), Perini (2002) afirma que o enunciado “cante, menino” possui um caráter formal, ao passo que “canta, menino” é informal. Contudo, acreditamos que, a partir das evidências apresentadas por Scherre (2002), é possível observar que o uso da estrutura morfológica do presente do indicativo é muito mais frequente em certos dialetos.

Uma questão que nos parece relevante é encontrar parâmetros que diferenciem, portanto, os usos dessa forma, em princípio, semelhantes. Aparentemente, o fenômeno que ocorre no português não-padrão relatado por Scherre (2002) corresponde à análise de Monteil (1970): o português não-padrão funcionaria em consonância com o grego e com o proto-indo-europeu:

(...) l'impression qu'il traduit une volonté en intimant un ordre naît uniquement de l'intonation insistante avec laquelle il est prononcé : entre λέγετε “vous parlez” et λέγετε “parlez”, toute différence se ramène à une réalisation distincte dans la parole (intonation). (MONTEIL, 1970, p. 270)

Conforme se pode notar, a entonação seria, no ponto de vista de Monteil (1970), o único fator que diferencia a forma do presente da forma imperativa. Seguindo o raciocínio de que o imperativo não é um modo verbal, o autor ainda apresenta três indícios dessa condição no indo-europeu: não há formas para todas as pessoas do discurso, não há um morfema específico que o marque nos itens lexicais, além do fato de não se exprimir, com o imperativo, uma modalidade do processo verbal.

Merece destaque o segundo argumento apresentado por Monteil (1970). O fato de que não haver marcas do imperativo para aquela língua pode-se aliar à ideia de Scherre (2002) sobre a ausência de uma marca morfológica específica para indicar o imperativo, no português não-padrão. Tal questão nos remete a Benveniste (1976) para quem “há de um lado a língua, conjunto de signos formais, destacados por procedimentos rigorosos, separados por classes, combinados em estruturas e sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva” (BENVENISTE, 1976, p. 139). Assim, na perspectiva da enunciação, a intenção de expressar ordens e pedidos necessita de uma reflexão mais ampla, considerando, de fato, como os falantes se fazem entender ao proferirem enunciados dessa categoria.

Notamos até aqui que a análise de ordens e pedidos não pode se restringir apenas ao âmbito dos aspectos lexicais e sintáticos, uma vez que esses não se mostram suficientes para compreendermos de que forma se pode ordenar e pedir em Português. Como o conceito de modo, do ponto de vista tradicional, está ligado muito mais à flexão verbal, é necessário buscar outro conceito, levando-se em conta, sobretudo, os aspectos enunciativos: quem fala, para quem o faz e com que objetivo.

2. O conceito de modalidade

Assim como modo, outro conceito ao qual conferimos destaque é modalidade. Do ponto de vista do significado, ambos os conceitos partem do mesmo princípio: a maneira como o locutor se posiciona em relação ao conteúdo proposicional. Entretanto, a abrangência do conceito de modalidade é maior do que o conceito de modo.

Paveau & Sarfati (2006) retomam Bally (1944) ao afirmarem que os enunciados comportam um conteúdo (*dictum*) e uma operação cognitiva dada pelo locutor sobre esse conteúdo (*modus*). Segundo os autores, essa relação subjetiva estabelecida entre locutor e alocutário é a modalidade. Assim, a adoção desse conceito implica num escopo amplo, que compreende o processo de enunciação (quem diz, para quem diz e com qual objetivo o faz) de forma mais abrangente do que o conceito de modo, tratado na seção anterior.

Vale ressaltar também que o termo é bastante utilizado nos estudos prosódicos para se referir ao tipo de sentença produzido pelo falante (REIS, 1995; FONÁGY, 2003). Assim, asserções e questões são chamadas de modalidades, uma vez que, segundo Fonagy (2003), é possível distinguir que, em um enunciado assertivo, o locutor fornece uma informação para o alocutário ao passo que, em uma pergunta, há uma demanda por uma informação. Dessa forma, verificamos que, em ambas as situações, o locutor insere uma marca no enunciado que caracteriza seu posicionamento diante do conteúdo proposicional: se se trata de um dado que ele (o locutor) conhece ou se essa é uma informação nova.

O que é interessante notar é que essa diferença, no que diz respeito ao português, é possível. Um exemplo que ilustra essa situação são enunciados como “ela vem” e “ela vem?”. Do ponto de vista prosódico, o movimento melódico que indica tratar-se de uma asserção neutra é o uso de uma melodia com um final descendente, enquanto, no segundo caso, utiliza-se um padrão com final ascendente, também em se tratando de uma questão total neutra¹.

Fonagy (2003) cita Altmann (1988) que distingue modalidade de emoção e de atitude. De acordo com Altmann, a presença de marcas linguísticas permite identificar uma modalidade, o que não ocorre com as emoções, tampouco com as atitudes². Essa constatação nos permite afirmar que as modalidades, nesse sentido, encontram-se num grau já gramaticalizado. Assim, é possível que os falantes percebam determinadas atitudes proposicionais sem que sejam necessárias outras marcas linguísticas, apenas informações prosódicas. É o caso do exemplo dado “ela vem/ela vem?”: inseridos numa situação comunicativa, os alocutários são capazes

¹ É notável na literatura que nem sempre existe correspondência entre o padrão entonativo e a modalidade do enunciado.

² Vale frisar que a atitude proposicional expressa pela modalidade não é equivalente a outras atitudes, como a atitude do locutor em relação ao alocutário e em relação à situação comunicativa.

de distinguir em qual enunciado há um pedido de informação e em qual o locutor fornece uma informação.

Na perspectiva enunciativa, o conceito de modalidade encontra-se relacionado à lógica aristotélica: trata-se da forma como se relaciona possibilidade e necessidade ao conteúdo proposicional (LOPES, 1992; LE QUERLER, 1996; PAPAFRAGOU, 1998). De acordo com as autoras, a modalidade pode ser alética, no que se refere ao valor de verdade; ou deônticas, expressando obrigações e permissões. Numa situação comunicativa, o valor de verdade de um enunciado imperativo, com ou sem o verbo, depende de ação de o enunciado ser ou não factível. Assim, “mãe, me compra um brinquedo” pode ser um pedido inexecutável, caso o alocutário (a mãe) não possa adquirir o objeto em questão.

A mesma ideia não é válida na situação em que se pede “feche a porta” e o alocutário não executa a ação simplesmente porque não vê obrigatoriedade em fazê-lo por algum motivo. Assim, observando os exemplos citados, é necessário destacar a reflexão sobre a modalidade deôntica: uma ordem é uma proposição cuja carga semântica denota uma obrigatoriedade (você deve fazer X) enquanto um pedido, por sua vez, está relacionado a uma possibilidade (você pode fazer X).

Outras modalidades ainda são observadas por Le Querler (1996), a saber *i*) modalidade zero, que corresponde a uma asserção, *ii*) modalidade temporal, em que acrescentam marcadores temporais à asserção, informando sobre passado e futuro, *iii*) modalidade axiológica, que corresponde à inserção de um juízo de valor sobre o conteúdo proposicional, e *iv*) modalidade volitiva, que expressa a vontade do sujeito. Interessa-nos essa última, uma vez que tratamos de ordens e pedidos que, de certa forma, estão ligados a uma demanda do locutor. Por outro lado, a modalidade deôntica, que se refere às regras sociais também está relacionada às situações comunicativas em que se faz uso de ordens e pedidos, já que pressupõem que haja regras que obrigam o alocutário a executar ou não a ação prevista no conteúdo proposicional³.

Papafragou (1998) propõe a inclusão de outra forma: a modalidade dinâmica, que representa intencionalidade. Do ponto de vista da construção do enunciado, essa intencionalidade pode ser expressa por meio de itens lexicais, como é o caso

³Essa questão relaciona-se com as condições preparatórias do ato de fala.

dos verbos ou mesmo de palavras como “por favor”, ou pode ser inferida pela interpretação de pistas prosódicas, como melodia, tempo e intensidade.

O conceito de modalidade também se aplica ao uso do modo verbal. Interessa-nos, sobretudo, o que se encontra em Žarnić (2003), a propósito da forma lógica do imperativo no inglês. O autor afirma que uma situação em que se utiliza a forma imperativa implica em duas possibilidades de ação: uma primeira, para trazer mudança ao contexto, e uma segunda, em que o contexto se mantém inalterado. Podemos exemplificar tal proposição com a situação (1) descrita a seguir:

Situação 1: Na sala de visitas, uma mãe recebe uma visita. O filho se encontra no mesmo ambiente. Dirigindo-se a ele, a mãe profere:

Mãe : Filho, traz o café!

O filho se dirige à cozinha e traz duas xícaras servidas com café.

No contexto descrito acima, pelos papéis sociais desempenhados pelos interlocutores, a tendência é que o enunciado da mãe provoque uma mudança: inicialmente, sem o café, e, posteriormente, já servida com o café pelo filho. Nesse caso, em acordo com o que prevê Žarnić (2003), temos um ponto inicial em que a situação é definida: o enunciado da mãe; e um ponto final: a execução da ação prevista na forma verbal utilizada pelo locutor.

Pelo que foi exposto até aqui, podemos observar que o significado do termo modalidade é variável. Oliveira (1997), citada por Neves (2006), argumenta que o termo modalidade é utilizado pela Lógica para designar a noção de verdade, enquanto na Linguística diz respeito à “gramaticalização de atitudes e opiniões do falante”. Em quaisquer dos casos, seja do ponto de vista da Lógica ou da Linguística, o conceito de modalidade encontra-se muito mais relacionado a uma expressão que se encontra no nível do enunciado, não evidenciando o que ocorre no processo de inserir as marcas de modalidade no momento da enunciação. Dessa forma, consideramos interessante discutir a ideia de modalização.

3. Modalização

Na perspectiva discursiva, o conceito de modalização, assim como o de modalidade, está relacionado à forma como o enunciadador se posiciona face ao conteúdo da proposição que profere (PAULIUKONIS, 2003). Da forma como define a autora, não existe diferença entre modo, modalidade e modalização, uma vez que

todos os três conceitos conduzem ao mesmo sentido. Vale ressaltar, entretanto, que o termo modalização, bastante utilizado na análise do discurso, refere-se geralmente ao uso de partículas ou operadores que gramaticalizam determinadas atitudes do locutor⁴.

Tucci (2006), no seu trabalho sobre a modalização do italiano, identifica oito desses operadores, conforme se encontra a seguir:

- verbos modais (poder, dever, desejar);
- verbos de credulidade (saber, crer, imaginar);
- alguns construtores analíticos ou perifrásticos (dever + infinitivo);
- verbos de aparência: parecer, andar
- verbos de necessidade e desejo (esperar);
- predicativos nominais com o agentivo (é certo, é possível);
- advérbios e locuções adverbiais modalizantes (provavelmente, seguramente);
- modos verbais (indicativo futuro, construções condicionais).

Neste trabalho, procuramos refletir sobre o fato de que a prosódia pode funcionar como um elemento modalizador, da mesma forma que as categorias citadas por Tucci (2006). Isso equivale dizer que, mais do que reafirmar a função modal, que distingue tipos frasais, os parâmetros prosódicos são utilizados intencionalmente pelos locutores para demarcar seu ponto de vista, tanto no que diz respeito ao conteúdo proferido no enunciado, quanto ao alocutário com quem estabelece uma situação comunicativa e, inclusive, em relação à própria situação em que se encontram os interlocutores.

A esse respeito, vale citar tanto Meyer (1980) quanto Le Querler (1996) *apud* Neves (2006) que argumentam que a prosódia funciona como marcador de modalidade. Vale ressaltar que Meyer (1980) defende a entonação como o mais usual dos processos modalizadores.

Diante do exposto, a questão que nos colocamos é por que o locutor, numa situação comunicativa qualquer, não utiliza o nível lexical para expressar a sua atitude. A resposta a essa pergunta está ligada ao plano da intencionalidade. É o que afirmam Wilson e Wharton (2006) “a point less often noted in the literature is that the effects of prosody may be either accidental or intentional, and if intentional, either

⁴ Lyons (1995) *apud* Neves (2006) define que a modalidade gramaticaliza uma atitude.

covertly or overtly so” (WILSON e WHARTON, 2006, p. 1559). Na perspectiva dos autores, notamos que os locutores podem utilizar a prosódia para intencionalmente encobrir ou não suas atitudes, sejam elas proposicionais ou ilocucionais. O exemplo dado pelos autores é o do falante que, no seu tom de voz, pode criar uma impressão de enfado ou de impaciência sem estar ciente disso e que, ao tomar conhecimento desse aspecto, pode manipular os fatores prosódicos para desfazer essa impressão.

Tal observação nos remete, no que se refere às ordens e aos pedidos, ao fato de o falante querer tornar pública sua autoridade – e, para isso, deixa explícita no nível prosódico, no momento da enunciação, essa atitude – ou se pretende parecer menos autoritário, mesmo que a situação comunicativa seja favorável a essa demonstração, utilizando, também, estratégias prosódicas de modalização. Assim, a modalização encontra-se relacionada a essa manipulação intencional de que tratam Wilson e Wharton (2006) para deixar implícita ou explícita a autoridade do locutor.

Wilson e Wharton (2006) ainda argumentam que uma demonstração indireta de raiva ou de nervosismo é diferente de uma demonstração direta. Essa afirmação nos permite uma analogia com as formas diretas e indiretas de transparecer a polidez em atos de linguagem de pedidos, por exemplo. Uma das formas convencionadas para transparecer essa polidez é a presença da partícula modalizadora “por favor”, que marca uma atitude menos autoritária para esse ato. Entretanto, mesmo sem a presença dessa expressão, é possível ao falante demonstrar, indiretamente, uma atitude de menor autoridade, a partir da manipulação intencional de fatores prosódicos para essa finalidade.

A distinção retomada pelos autores corrobora a ideia de que, ao proferir uma ordem, o que está em questão não diz respeito apenas ao conteúdo proposicional. Dizer “fecha a porta” pode significar muito mais do que “estou ordenando que você feche a porta”. Aqui se encontram outros aspectos como a convenção social que regulariza a produção de uma ordem. É necessário compreender quais são as formas convencionais para esse tipo de ato de fala.

No uso, de acordo com a Teoria dos Atos de Fala, para que o falante possa dar uma ordem, espera-se que a relação entre os locutores seja de níveis hierárquicos diferentes. No caso da ordem, é preciso que o locutor (aquele que ordena) ocupe um nível superior na hierarquia dos papéis sociais. Assim, dentro das situações

comunicativas, as regras do que Foucault (1987) chama de formação discursiva⁵ permitem, por exemplo, que um pai ou uma mãe possam ordenar que seu filho faça algo. Caso os locutores ocupem os mesmos papéis sociais, por exemplo, se forem amigos, as convenções sociais não permitem que um ordene ao outro, mas, sim, que façam pedidos.

Dessa forma, uma ordem não configura como um ato de fala dessa categoria exclusivamente por causa dos parâmetros prosódicos utilizados, mas sim porque existe uma interação entre regras sociais e fatores prosódicos. Caso essas regras sejam ignoradas, a sensação que se tem é de estranhamento ou mesmo repúdio por parte do alocutário. É o que ocorre comumente em situações em que o ouvinte reage a uma ordem se perguntando “quem é você para mandar em mim?”.

Entendemos, então, que, nos atos de fala de ordem, os parâmetros prosódicos são utilizados para demonstrar uma atitude de autoridade, indicando que aquele conteúdo proposicional deve ser cumprido. Dessa forma, a prosódia tem como função modalizar, indicar para o alocutário, de uma forma indireta, essa atitude. No caso dos pedidos, porque a relação entre os locutores é diferente, os aspectos prosódicos são marcadores de um menor grau de autoridade, conferindo outra modalização: a de que o conteúdo proposicional pode ou não ser cumprido.

Ainda sobre a intencionalidade, vale ressaltar que a discussão tange o que é mais gramatical e o que menos gramatical. Gussenhoven (2002) postula que, de uma certa forma, os rótulos que definem a expressão de atitudes ou modalizações estão relacionados a usos mais constantes, que já estejam gramaticalizados. Isso não significa que essa codificação não esteja vulnerável a possíveis mudanças, mas pode ser um indício de que a representação lexical de uma modalização representa um significado que é sistematizado no uso da língua.

Vale comentar que a ideia de Gussenhoven (2002) nos leva a pensar que o locutor se apropria de formas relativamente estáveis para gerar efeitos de sentido por ele visados. Dependendo da face que pretende estabelecer com seu alocutário, o locutor pode optar por associar o enunciado a formas prosódicas mais polidas, menos autoritárias. O inverso também é verdadeiro: quando pretende demonstrar

⁵ Segundo Foucault (1987), a formação discursiva é constituída de práticas que determinam, sobretudo, as modalidades de enunciação dos sujeitos, compondo regras daquilo que pode ou que deve ser dito.

sua autoridade, utiliza de formas que explicitam tal atitude. Dessa forma, a modalização é feita tanto no nível segmental (inserindo-se partículas que tenham esse efeito) tanto no nível prosódico (maior ou menor tessitura, registro largo ou estreito, dentre outros).

Por sua vez Searle (1995) apresenta um aspecto relevante para o que estamos denominando modalização e as formas indiretas de se fazer um pedido. No conceito do autor, num ato de fala indireto, “o falante comunica ao ouvinte muito mais do que realmente diz” (SEARLE, 1995, p. 50). O que chama a atenção em Searle (1995) é o fato de que, em atos diretivos, utilizar a forma verbal imperativa pode acarretar uma quebra das regras de polidez que as conversações normalmente exigem.

Para discutir a questão dos atos indiretos, Searle (1995) apresenta usos de enunciados que literalmente não são ordens ou pedidos, mas, quando inseridos num dado contexto conversacional, o ouvinte interpreta, com base no processo inferencial, como possuindo força ilocucionária de pedido. Sumarizamos, a seguir, a ideia de Searle (1995):

GRUPOS	CATEGORIAS	EXEMPLOS
1	Habilidade do ouvinte para realizar o ato.	Você pode passar o sal? Você pode ir agora.
2	Desejo ou vontade do falante de o ouvinte execute o ato.	Eu gostaria que você fosse agora. Eu espero que você o faça.
3	Sugestão para que o ouvinte execute o ato.	Você pararia de pisar no meu pé? Você não vai comer seus cereais?
4	Desejo ou disposição do ouvinte em executar o ato.	Você quer me passar o martelo? Seria conveniente para você vir na quarta-feira?
5	Razões para se executar o ato.	Você deveria sair imediatamente. Por que você não fica quieto?
6	Possibilidade de encaixamento de verbos ilocucionários diretivos explícitos	Poderia pedir-lhe que tire o chapéu? Eu apreciaria se você pudesse fazer menos barulho.

Quadro 1: Expressão indireta de pedidos (SEARLE, 1995: 57-64)

Nos exemplos de Searle (1995), podemos perceber o uso dos verbos como um elemento modalizador, cuja função é inserir uma marca de polidez a enunciados denotando certa atitude do locutor. Apesar disso, na página 69, o autor argumenta que:

É importante notar que a entonação dessas sentenças, quando emitidas como pedidos indiretos, frequentemente difere de sua entonação quando emitidas apenas com sua força ilocucional literal, e frequentemente o padrão da entonação será aquele característico das diretivas literais. (SEARLE, 1995, p. 69)

Não fica claro, entretanto, de que forma a entonação é utilizada para essa finalidade. Encontramos, nesse ponto, uma questão que deve ser relevada no estudo relativo à modalização de ordens e pedidos: de que forma os parâmetros prosódicos seriam utilizados intencionalmente para demonstrar uma atitude?

O argumento dado por Searle (1995) de que dizer indiretamente não implica em modificar o conteúdo da sentença, mas sim acrescentar a ela um significado que o falante quer atribuir naquele contexto, parece-nos um ponto que merece maior reflexão. Entendemos que atos de fala como ordens e pedidos apresentam uma modalidade volitiva, um desejo que o alocutário cumpra o conteúdo proposicional. Sabemos, também, que dar uma ordem ou fazer um pedido depende das relações sociais entre locutor e alocutário. Entretanto, percebemos que, em várias situações, os locutores demonstram sua vontade de uma forma diferente e, para isso, utilizam os parâmetros prosódicos.

Há ainda situações em que o falante, mesmo ocupando um papel social hierarquicamente superior, opta por um padrão prosódico típico de pedido. Propomos que ocorre, nesses casos, um deslocamento, não na relação entre os locutores, mas na demonstração da autoridade numa dada situação. Esse deslocamento é feito intencionalmente pelo locutor que utiliza diversas marcas modalizadoras, dentre elas, a prosódia. Acreditamos que essas mudanças podem ser feitas no sentido de dar a oportunidade de o alocutário recusar ou atender prontamente a vontade do locutor.

Em resumo, as relações sociais permanecem as mesmas, mas os parâmetros prosódicos podem ser alterados. Temos que uma ordem, dada por um locutor que, numa dada situação pode executar esse ato de fala, pode ter características prosódicas de um pedido, caso o locutor, intencionalmente faça uso de modalizadores que expressem, de alguma forma, que ele está ou não demonstrando sua autoridade. Dessa forma, nesse caso, temos um ato de fala indireto – uma ordem implícita – visto que o alocutário deve executar a ação proposta no conteúdo proposicional.

Procuramos, assim, apresentar de que forma podemos caracterizar prosodicamente um ato de fala em que o locutor demonstra diretamente sua atitude de autoridade em relação à situação comunicativa e de que forma o inverso também pode ser possível. Isso implica compreender o que ocorre nos atos diretivos

indiretos de pedido ou de ordem nos quais existem usos prosódicos diferenciados daqueles utilizados em atos diretivos diretos.

Sobre essa questão vale ressaltar o que afirma Wichmann (2004) sobre o uso de estratégias, como o uso da partícula “por favor”. Mais do que uma marca de polidez, essa é uma marca ilocucionária que pode “reduzir” a força de uma ordem à força de um pedido. O uso do termo “reduzir” pela autora ao tratar dessa situação denota aquilo que denominamos anteriormente de marca de autoridade. Assim, para atenuar o poder que possui de controlar os parâmetros da situação comunicativa, o locutor utiliza não apenas partículas modalizadoras, mas também os padrões prosódicos, para demonstrar mais ou menos autoridade.

4. Pistas prosódicas no processo de modalização

Gumperz (1992) defende que a prosódia é uma dentre as pistas contextuais que são consideradas pelo ouvinte para a construção do sentido. A partir da ideia do autor, demonstraremos, a seguir, cinco aspectos que, a nosso ver, constituem pistas prosódicas relevantes no processo de modalização e que servem de parâmetro para o ouvinte no processo de produção do sentido.

Consideramos que as pistas prosódicas são um conjunto de traços suprasegmentais que colocam em evidência partes do enunciado de modo a demonstrar uma dada atitude do locutor. Neste trabalho, partimos das indicações da literatura da área⁶ de que a proeminência silábica, o movimento melódico, a escolha de um ritmo, o nível de tessitura e o alinhamento do pico de frequência são os parâmetros prosódicos relevantes para o falante tornar explícita, de certa forma, suas atitudes, seja em relação ao conteúdo proposicional, seja em relação ao ouvinte ou mesmo em relação ao contexto de produção.

4.1. Proeminência silábica

O conceito de sílaba é bastante divergente. Tanto do ponto de vista das correntes teóricas da Fonética ou da Fonologia, a base para a classificação dos fones encontrada na literatura é o ponto de vista de uma unidade motora

⁶Os autores estão citados em cada uma das subseções.

(ABERCROMBIE, 1967), ou de uma unidade articulatória (SAUSSURE, 1972), ou de uma unidade perceptiva (JONES, 1969 [1918]). Neste trabalho, partimos do princípio de que as sílabas consistem numa forma primária e abstrata de organização sonora⁷.

Crystal (1969) define que o termo proeminência se refere à distinção que pode afetar qualquer parte do enunciado. De modo a analisar de que forma pode ocorrer a proeminência, Crystal (1969) opta pelo conceito de *ênfase* que, segundo ele, “is achieved by making one of the syllables in a word (...) more prominent than others” (CRYSTAL, 1969, p. 120). É o que ocorre numa situação como, em resposta à pergunta “João chegou?”, confere-se ênfase ao termo Maria, em “Maria chegou”, na intenção de demonstrar que foi Maria e não João que chegou.

Numa aplicação da teoria de Halliday (1969) para o Português, Cagliari (1980) categoriza a proeminência sob o rótulo de sílaba tônica saliente. Segundo o autor:

A sílaba tônica saliente caracteriza-se por carregar a marca entoacional mais importante do GT [grupo tonal], isto é, a maior variação do contorno melódico. É a parte da mensagem que o falante julga mais importante. (CAGLIARI, 1981, p. 158)

A importância dada pelo falante observada por Cagliari (1980) pode se relacionar a vários aspectos: contraste entre informações dadas e informações novas, bem como com a estrutura argumentativa das pressuposições (CAGLIARI, 1980). No que diz respeito às ordens e aos pedidos, notamos que há sílabas que podem ser alvo de proeminência, sobretudo aquelas que se encontram no núcleo verbal do enunciado.

A proeminência não pode ser definida em função de um único parâmetro acústico. É o que afirma Cruttenden (1986): intensidade, duração e melodia relacionam-se em graus diferentes em cada língua para conferir proeminência a certas sílabas, em comparação a outras. Ao serem destacadas do enunciado, de acordo com o autor, há efeitos como tornar mais importantes palavras que por ela são afetadas. Assim, notamos que ressaltar uma parte do enunciado é uma estratégia utilizada pelo locutor para chamar a atenção do alocutário sobre uma determinada informação.

Sobre a forma como essa proeminência ocorre, Cagliari (2002) afirma que:

⁷ Para uma discussão sobre o assunto, ver Cagliari (2002).

Algumas sílabas apresentam algumas características a mais, e são chamadas de sílabas tônicas: se uma sílaba tiver maior duração, ocorrer com uma mudança na curva entoacional ou for dita com maior força, tais parâmetros podem distingui-la das demais”. (CAGLIARI, 2002, p. 8)

Assim, não é a incidência de um único parâmetro prosódico sobre a sílaba que a torna uma sílaba proeminente. Na verdade, existe uma correlação entre esses fatores, apontados por Cagliari (2002), para que tal sílaba possa se destacar do restante do enunciado.

A relação entre proeminência e acento de palavra e acento da frase no Português brasileiro é amplamente discutida por Reis (1995). No entanto, não abordaremos aqui tais aspectos. Interessa-nos compreender que forma essa proeminência, que pode ou não coincidir com o acento da palavra, é utilizada intencionalmente para ressaltar partes do enunciado.

Além do fato de o locutor utilizar a proeminência para indicar a importância de uma determinada informação no enunciado, essa também pode ser utilizada para demonstrar uma atitude mais ou menos polida em relação ao alocutário. De forma geral, a sílaba proeminente é última sílaba do enunciado (cf. HALLIDAY, 1970). No caso das ordens e dos pedidos, entretanto, a sílaba mais proeminente coincide com a tônica lexical do verbo do enunciado, que nem sempre é a última, e na qual se verificam maior duração, maior intensidade, bem como movimento melódico diferenciado para cada uma das categorias dos enunciados em questão.

Esse indício pode revelar duas possibilidades de análise: ou que houve um deslocamento da sílaba proeminente para o início do enunciado, ou que há uma ênfase da sílaba inicial. Neste trabalho, vamos assumir que essa proeminência é local, específica de cada tipo de enunciado, e que, portanto, não há deslocamento.

A justificativa para tal posicionamento está baseada em dois argumentos. O primeiro é pelo fato de que estudos anteriores dessa categoria de enunciados indicam que a proeminência, tanto para ordens quanto para pedidos (KINGDON, 1958, HALLIDAY, 1967, 1970; GEBARA, 1976; QUEIROZ, 2007; MORAES, 2008) no início desses enunciados. Assim, tanto no inglês quanto no português, já foram observados dados que corroboram esse posicionamento. O segundo argumento é o

de que, tanto na nossa amostra⁸ quanto nos dados dos experimentos feitos em laboratório, observamos a mesma tendência: uma proeminência inicial, o que, a nosso ver é uma característica desses enunciados.

Entretanto, se esse aspecto distingue ordens e pedidos de outros tipos de enunciados, ele não é suficiente para diferenciá-los entre si. É necessário observar, também, que a proeminência não ocorre da mesma forma nesses dois enunciados: o tipo de movimento melódico e a tessitura são diferentes. Dessa forma, é relevante detalhar outros parâmetros, como fazemos a seguir.

4.2. Movimento melódico

Considerada na literatura o correlato que melhor expressa a atitude, a melodia não é o fator exclusivo para essa função. Tench (1990) *apud* Antunes (2007) afirma que:

We use intonation to express our attitudes towards objects, people, events and ideas and we recognize the implication of such uses of intonation in the speech of other in order to interpret their attitudes. (...) Intonation, voice quality and lexis can all express attitude either each by themselves or in various combinations with each other. (TENCH, 1990, p. 17)

Independente da discussão para a qual aponta Crystal (1969) sobre a função da entonação⁹, é inegável que esse parâmetro é intencionalmente controlado pelo falante para imprimir ao enunciado a sua atitude. Mais do que isso, esse parâmetro é tomado como referência para a interpretação do ouvinte. Nesse sentido temos o trabalho de Uldall (1964), no qual a autora demonstra, a partir de testes perceptivos, a relação entre diferentes melodias e atitudes.

O trabalho de Antunes (2007) demonstra de que forma as atitudes podem ser reconhecidas a partir desse parâmetro. No estudo das questões, a autora faz testes perceptivos com diversos juízes, delimitando sete atitudes diferentes. Todas as atitudes investigadas são correlacionadas ao movimento melódico, o que corrobora a hipótese de que essa pista fornece informações relevantes na produção do sentido. O fato de ser percebida pelo ouvinte como uma fonte de informação da atitude contribui para que a melodia seja considerada uma pista para inferências.

⁸ O trabalho, na íntegra, pode ser acessado pelo endereço: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ALDR-7R5NRD>>.

⁹ Para o autor, a entonação possui significado independente do significado lexical (1969, p. 286).

Moraes (2008) faz um estudo para avaliar os efeitos das modificações melódicas obtidas por síntese na interpretação de ouvintes. O objetivo era descobrir se a presença de uma característica prosódica determina uma interpretação. Foram considerados 14 padrões diferentes (asserção neutra, sugestão, ênfase contrastiva, pedido de confirmação, questão parcial, ordem, exclamação, questão total neutra, questão total retórica ou pedido, questão total com incredulidade, advertência, asserção irônica, asserção incrédula, ênfase intensiva). O autor demonstra que o movimento melódico em posição nuclear, e principalmente na última sílaba acentuada, constitui num traço entonativo distintivo.

É importante ressaltar que nos interessa o efeito de sentido que o movimento melódico pode causar na interpretação de ordens e pedidos. Ao utilizar uma melodia descendente numa ordem, o locutor demonstra que, naquela situação, não se encontra aberto à negociação com o ouvinte, o que leva o ouvinte a inferir que o conteúdo proposicional do enunciado deve ser executado. Ao contrário, níveis melódicos mais altos sugerem uma maior interação com o alocutário, estratégia utilizada intencionalmente pelo locutor para criar uma aproximação com seu interlocutor. Entretanto, não podemos afirmar que a ação pode ou não ser executada, uma vez que isso depende muito mais dos papéis sociais desempenhados pelos interlocutores. Mas é certo que esse padrão é considerado, na nossa cultura, mais polido.

Precisamos, então, descrever e analisar as relações existentes entre os níveis melódicos e as possibilidades de interpretações que esses possam ter em um determinado contexto. Acreditamos que, se o falante utiliza intencionalmente o movimento melódico com a finalidade de expressar essas atitudes, esse constitui uma pista prosódica relevante no processo inferencial.

4.3. Ritmo acentual e silábico

Ao ouvirmos os enunciados, percebemos uma alternância entre segmentos que se sobressaem em relação aos outros em função do tempo de produção. A regularidade com que essa alternância ocorre é o que chamamos de ritmo (CRYSTAL, 1969, p. 161).

A organização do ritmo é baseada em dois princípios: algumas línguas utilizam o princípio do tempo silábico, enquanto outras têm como parâmetro o tempo acentual. Nas palavras de Cagliari (1980):

Uma língua pode ter todas as sílabas com uma duração aproximadamente igual, como por exemplo, o francês, o japonês, etc. Tais línguas caracterizam-se por serem línguas de ritmo silábico. Por outro lado, uma língua pode caracterizar-se pelo fato de ter sílabas acentuadas ocorrendo em intervalos de duração aproximadamente iguais ou isocrônicos. (...) Tais línguas caracterizam-se por serem línguas de ritmo acentual. (CAGLIARI, 1980, p. 156)

As discussões sobre as evidências que levam a uma ou outra forma de organização perpassam os estudos prosódicos. Pike (1945) demonstrou que o inglês, por exemplo, é uma língua acentual. Esse fenômeno implica afirmar que, nessa língua, o tempo de produção entre os acentos tendem a ser idêntico. Um exemplo dessa ocorrência é dado por Couper-Kuhlen (1986, p. 55), conforme a seguir:

|This is the | house that | Jack | built

No exemplo, temos que os acentos das palavras “this”, “house”, “Jack” e “built” destacam-se sobre os acentos das demais palavras que compõe o enunciado. Por outro lado, num trabalho sobre a organização do ritmo em Português, Barbosa (2000) demonstra que ambos os princípios se aplicam. O autor defende que a taxa de elocução e o estilo de elocução são fundamentais para caracterizar ora um ritmo, ora outro.

Mais do que compreender se o Português se trata de uma língua de ritmo acentual ou silábico é discutir com que intenção o falante pode produzir as sílabas de um determinado enunciado com uma duração semelhante, conferindo destaque a sílabas que num enunciado neutro não aconteceria. Nesse sentido, vale frisar o que defende Cagliari (2002):

Somente em casos muito especiais, toda e qualquer língua, independentemente do tipo de ritmo básico que tenha, pode ter uma pronúncia formada por uma sequência de sílabas de igual duração. Uma fala suplicante é feita desse modo, assim como o destaque que o falante quer dar a uma palavra ou expressão, ou, ainda, uma fala muito carregada de emoções fortes. Esse tipo de variação é sempre previsível e aceitável pelo sistema, sem contudo destruir o que ocorre em outras ocasiões - uso silábico ou acentual como característica básica do ritmo da língua. (CAGLIARI, 2002, p. 31)

Além da ideia de súplica, ressaltamos que as atitudes também podem ser expressas em função do ritmo adotado pelo locutor. O ritmo silábico de um enunciado, com prolongamento de sílabas átonas, pode trazer para o enunciado um efeito de ameaça. Por outro lado, podemos perceber outro efeito na alteração do ritmo: o aumento da taxa de elocução, encurtando-se a produção de sílabas que seriam mais longas, pode denotar uma atitude menos amigável por parte do locutor, caracterizando uma ordem típica.

4.4. Níveis de tessitura e registro

A *tessitura*, segundo Matheus *et alii* (1990) *apud* Cagliari e Massini-Cagliari (2001), é “a escala melódica do falante, i.e, os limites em que se situam os valores mais altos e os mais baixos de F0, quando fala normalmente” (MATHEUS *et alii*, 1990, p. 193). Compreendemos, então, que se trata da observação de um movimento no eixo horizontal da curva de frequência fundamental. A seguir, temos o exemplo retirado de Antunes (2007):

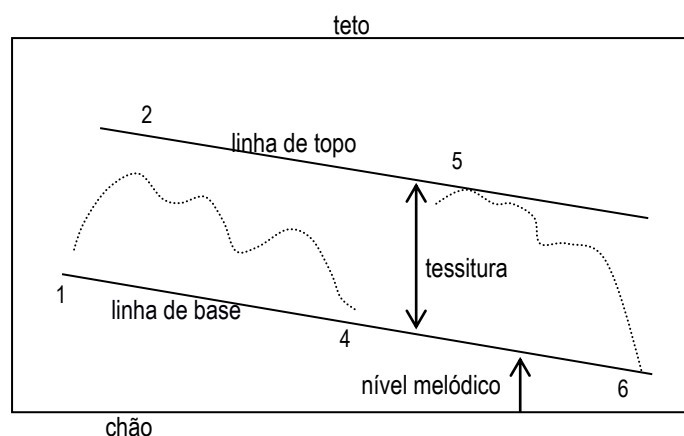


Figura 1: Esquema das medidas melódicas feitas por Mozziconacci. Fonte: MOZZICONACCI, 1998, p. 55 (*apud* ANTUNES, 2007, p. 102)

Na figura 1, podemos notar que as linhas de base e de topo indicam os pontos mínimos e máximos atingidos pela curva de F0. Vemos contornos melódicos semelhantes, mas é notável uma diferença no nível da tessitura. Essa diferença demonstra que um movimento da frequência fundamental pode ser um ascendente ou um ascendente mais acentuado. Vale ressaltar que o efeito dessas duas

produções é diferente: a pouca elevação da curva de F0 está relacionada a uma atitude mais autoritária, enquanto as elevações mais acentuadas na curva relacionam-se à fala menos autoritária, mais amigável e polida.

Tão relevante quanto a tessitura, o *registro* utilizado pelo falante também se mostra um aspecto relevante na análise dos atos diretivos de ordens e pedidos. O registro relaciona-se ao nível da escala melódica em que se realiza um padrão melódico. Um mesmo movimento, por exemplo, ascendente/descendente, produzido com registros diferentes (mais alto ou mais baixo) pode ser um indício de expressão de uma atitude, uma vez que registros mais baixos estão relacionados a atitudes autoritárias, enquanto os mais altos estão relacionados à expressão da afetividade.

Um exemplo disso é o fato de adultos utilizarem, na interação verbal com crianças, um nível de registro maior, o chamado *baby talk*, ao passo que, na interação com outros adultos, dependendo do contexto comunicativo, a tendência é utilizar registros mais baixos. O que verificamos com os dados da nossa pesquisa foi que as ordens geralmente são produzidas num nível de registro mais baixo, ao contrário dos pedidos, em que o registro é mais alto.

4.5. Alinhamento do pico de F0

Uma das principais questões nos estudos da prosódia diz respeito a como se associa a melodia ao texto. Demonstrar de que forma ocorre esse fenômeno é um dos objetivos da teoria auto-segmental (cf. PIERREHUMBERT, 1980; LADD, 1996). Dentre as relações entre proeminência da curva de F0 e acento, destaca-se o *alinhamento*.

O alinhamento diz respeito a como o pico de frequência fundamental está temporalmente sincronizado à produção segmental (YEOU *et alii*, 2007). Essa relação entre pico de F0 e produção do segmento pode ser implementada de diferentes formas: o alinhamento pode ser adiantado, se o pico de frequência estiver à esquerda do segmento; normal, se estiver alinhado ao meio; e tardio, se estiver alinhado à direita.

As figuras 2 e 3, a seguir, ilustram, respectivamente, o alinhamento tardio e o alinhamento adiantado. Os enunciados foram produzidos pelo locutor Alberto¹⁰. Os dados são oriundos do corpus coletado da fala de novela, objeto do nosso estudo.

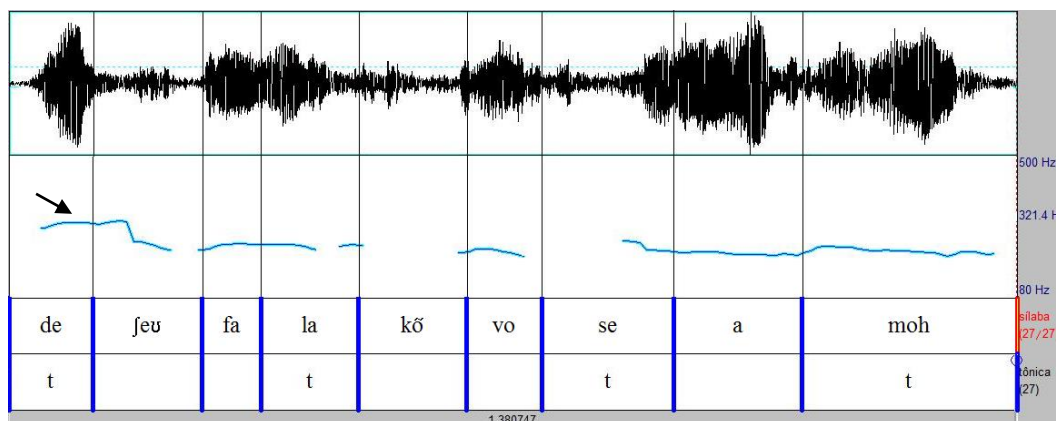


Figura 2: Forma de onda, curva de F0, transcrição e marcação de sílaba tônica do enunciado: “deixa eu falar com você, amor” (locutor Alberto): exemplo de alinhamento tardio.

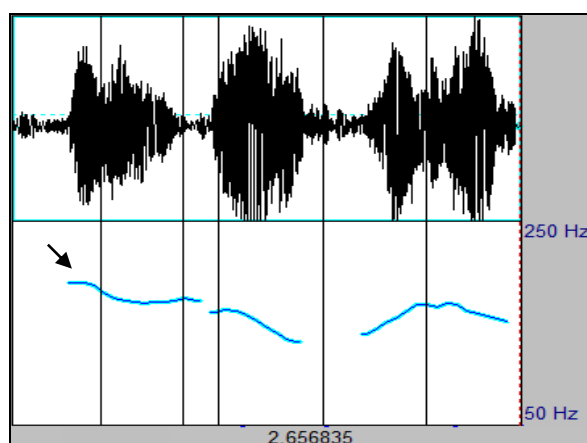


Figura 3: Forma de onda e curva de F0 para o enunciado “fala pra Ornela”.(locutor Alberto): exemplo de alinhamento adiantado.

Conforme apontamos anteriormente, no trabalho de Moraes e Colamarco (2006), e posteriormente em Moraes (2008), o alinhamento constitui num aspecto prosódico que diferencia enunciados de pedido da questão total. O alinhamento tardio, de acordo com os autores, está associado a padrões de pedido, ao contrário do que ocorre com as questões totais, que têm alinhamento adiantado.

É interessante notar, em relação à figura 2, que o alinhamento tardio ocorre na tônica do verbo que, nesse caso, é a sílaba proeminente do enunciado. Essa

¹⁰ Para saber mais sobre a composição do corpus analisado, ver o trabalho na íntegra, conforme indicado na nota 8.

estratégia prosódica é característica de enunciados de pedido. Vale ressaltar que o contexto de produção do enunciado é posterior a uma discussão que ocorre entre o locutor e seu alocutário. Os papéis dos locutores são pai e filha. Essa está com a porta do quarto trancada e o pai, então, faz o pedido “deixa eu falar com você, amor”.

Um dos efeitos do uso dessa estratégia é que o falante demonstra um grau de afetividade, abrindo mão da autoridade, uma vez que a alocutária encontra-se no comando da situação. Entretanto, essa inferência só é possível se considerarmos que há interação entre os fatores melodia, duração, ritmo, tessitura, registro e alinhamento, que são utilizados intencionalmente para demonstrar uma atitude paciência por parte do locutor.

Considerações finais

De acordo com o que apresentamos neste trabalho, o conceito de modo pode ser compreendido como um tipo de sentença ou atitude do falante diante do conteúdo proposicional. Essa visão mais tradicional possui um escopo de análise restrito à categoria verbal.

Conforme demonstramos, existem semelhanças na forma morfológica e nas condições de preparação dos atos de pedido e de ordem. Em ambos os casos, o locutor deseja que o alocutário execute a ação. Entretanto, se por um lado o pedido oferece a opção de ser recusado, o mesmo não se espera de uma ordem.

Entendemos que o tratamento de enunciados com força de ordens ou de pedidos deve levar em conta os aspectos enunciativos (quem fala, para quem fala, com que objetivo fala). Apesar de apresentar as distinções dos dois atos de fala, percebemos que existem outras questões que precisam ser compreendidas para se possa analisar, do ponto de vista prosódico, o que ocorre na enunciação de ordens e pedidos.

Por essas razões, definimos que tanto ordens quanto pedidos são enunciados produzidos por um locutor que ocupa um papel social cuja hierarquia deve ser observada na interpretação desses atos de fala: se o nível do locutor é mais alto que o alocutário, trata-se de uma ordem; se o nível entre os dois é o mesmo, trata-se de

um pedido. Em ambos os casos, o efeito de ação, previsto no conteúdo proposicional, é alcançado.

Para incorporarmos tais elementos à nossa análise é interessante adotar o conceito de modalização: é mais abrangente, o que nos permite observar, em primeiro lugar, a relação entre locutores; e, em segundo lugar, o processo enunciativo. Adotar esse ponto de vista nos permite várias possibilidades de se observar a atitude, seja em relação ao conteúdo proposicional, ao alocutário ou ao contexto.

Dessa forma, os modos indiretos de atos de fala nos conduzem à análise dos parâmetros prosódicos como elemento modalizador, da mesma forma que os verbos, certos advérbios, construções com o uso de adjetivos, dentre outros. Considerando tal questão, demonstramos como os elementos prosódicos podem ser utilizados pelos locutores num ato de fala de ordem, por exemplo, para demonstrar ao alocutário uma atitude de autoridade numa situação comunicativa. Isso significa afirmar que o conteúdo proposicional deve ser cumprido. Por outro lado, num pedido, esse uso pode ser feito para amenizar o efeito de comando: consiste numa estratégia do locutor para se fazer menos autoritário, trazendo para o campo da possibilidade o efeito perlocutório de seu ato de fala.

Abstract: This work presents part of the PhD dissertation “Pragmatics of intonation: the relation prosody-context in directive acts in Portuguese”. Our aim is to discuss the use of prosody as a modalizing element in the production of command and request in Brazilian Portuguese, based on the Speech Acts Theory. In communicative situations, prosody is intentionally used by the speaker in order to show an authoritative attitude or, in contrary, to minimize the imperative character of the command. The use of this strategy is the evidence that makes us consider prosody as a modalizing aspect of that kind of utterance. For developing that argument, we approach the concepts of manner, modality and modalization, observing the interaction between prosody and the acts of command and request in Portuguese.

Key words: Prosody. Speech acts. Command. Request. Modalization.

Referências

- ABERCROMBIE, David. **Elements of general phonetics**. Edinburgh: University Press, 1967.
- ALTMANN, Hans. **Intonationsforschungen**. Tübingen: Niemeyer, 1988.
- ANTUNES, Leandra. **O papel da prosódia na expressão de atitudes do locutor em questões**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007. Tese de Doutorado.
- BALLY, Charles. **Linguistique générale et linguistique française**. A. Francke S. A: Berne, 1944.
- BARBOSA, Plínio Almeida. Syllable-timing in Brazilian Portuguese: uma crítica a Roy Major. In: **Delta**. São Paulo, vol. 16, n.º 2, 2000 p.369-402.
- BENVENISTE, Emile. **Problemas de Linguística geral**. São Paulo: Nacional, 1976.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Elementos de fonética do Português brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1981. Tese de livre docência.
- _____. **Dossiê da prosódia**. 2002. No prelo.
- _____, MASSINI-CAGLIARI, Gladis (2001). O papel da tessitura dentro da prosódia portuguesa. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês: **Razões e Emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mateus**. Disponível em: <http://www.fl.ul.pt/dlgr/mateus/mateus.htm>.
- COUPER-KUHLEN, Elizabeth. **An introduction to English prosody**. Londres: Arnold, 1986.
- CRYSTAL, David. **Prosodic systems and intonation in English**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- _____. Dicionário de Linguística e fonética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- CRUTTENDEN, Alan. **Intonation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FÓNAGY, Ivan. Des fonction de l'intonation: essay de synthèse. **Flambeau**. Tóquio. Université des langues étrangères de Tokyo, 2003. p. 1-20.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GEBARA, Ester Míriam S. **Alguns aspectos da intonação do Português**. São Paulo: UNICAMP, 1976. Dissertação.

GUMPERZ, John. Contextualization and understanding. In: DURANTI, Alessandro, GOODWIN, Charles. **Rethinking context: language as an interactive phenomenon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GUSSENHOVEN, Carlos. Intonation and interpretation: phonetics and phonology. In: BEL, B., MARLIEN, I. (org.). **Proceedings of Speech Prosody 2002**. Aix-en-Provence: Laboratoire Parole et Langage, Université de Provence, 2002. p. 47–57.

HALLIDAY, Mark. **Intonation and grammar in British English**. Paris: Mouton, 1967.

_____. **A course in spoken English: intonation**. Oxford: Oxford University Press, 1970.

JONES, Daniel. **An outline of English phonetics**. Cambridge: Heffer and Sons, 1969 [1918].

KINGDON, Roger. **The groundwork of English intonation**. Londres: Longmans, Green and Corporation, 1958.

LADD, D. Robert. **Intonation phonology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LE QUERLER, Nicole. **Typologies des modalités**. Caen: Preses Universitaires de Caen, 1996.

LOPES, Ana Cristina Macário. **Texto proverbial português: elementos para uma análise semântica e pragmática**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992. Tese de doutorado.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. São Paulo: Globo, 2000.

MATEUS, M. H. M.; ANDRADE, A.; VIANA, M. C.; VILLALVA, A. (Org.). **Fonética, Fonologia e Morfologia do Português**. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

MEYER, Rosa Marina Brito. **Discurso: modalização e adesão**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1980.

MONTEIL, Pierre. **Elements de phonetique et de morphologie du latin**. Paris: Fernand Nathan, 1970.

MORAES, João. A; COLAMARCO, Manoela. Você está pedindo ou perguntando? Uma análise entonacional de pedidos e perguntas na fala carioca. In: **Caderno de resumos do IX Congresso Nacional de Fonética e Fonologia e III Congresso Internacional de Fonética e Fonologia**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 43

MORAES, João. The pitch accents in Brazilian Portuguese: analysis by synthesis. In: BARBOSA, Plínio A, MADUREIRA, Sandra, REIS, César (ed.). **Proceedings of the Speech Prosody 2008**. Campinas: IEL, Unicamp, Motorola, Editora RG, 2008. p.389-397.

NEVES, Janete dos Santos Bessa. **Estudo semântico-enunciativo da modalidade em artigos de opinião**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2006. Tese de doutorado.

OLIVEIRA, Teresa. **Construções relativas: uma proposta transcategorial**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Nova Lisboa, 1997.

PAPAFRAGOU, Anna. Inference and word meaning: the case of modal auxiliaries. **Lingua** 105. [s.l.]: North-Holland Publish Company, 1998. p. 1-47.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Progressão textual e modalização. **VII Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, v. I. Rio de Janeiro, 2003. p. 38-38.

PAVEAU, Marie-Anne, SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da Linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006.

PERINI, Mário Alberto. **Modern Portuguese: a reference grammar**. New Haven: Yale University Press, 2002.

PIERREHUMBERT, Janeth. **The phonology and phonetics of English intonation**. Massachussets: MIT IULC, 1980.

PIKE, Kenneth. **The intonation of American English**. Michigan: University of Michigan Publications, 1945. 105p.

QUEIROZ, Horácio dos Santos. A entonação como orientação da expressão da atitude do locutor no processo de enunciação. In: **Anais do IX Congresso Nacional de Fonética e Fonologia/III Congresso Internacional de Fonética e Fonologia**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. CD publicado em janeiro de 2007. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/labfon/congresso_2006/cdrom-2006.html>. Acesso em 15 de dezembro de 2008.

REIS, César. **L'Interaction entre l'intonation, l'accent et le rythme en portugais brésilien**. Aix-en-provence: Université de Provence, 1995.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2001.

SEARLE, J. R. **Expressão e significado**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1972.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. A norma do imperativo e o imperativo da norma: uma reflexão socioLinguística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, Marcos. (Org.). **A Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 217-251.

SPERBER, Dan, WILSON, Deirdre. **Relevance: communication and cognition**. Oxford: Blakwell, 1995.

TENCH, Paul. **The roles of intonation in English discourse**. Frankfurt am Main: Verlag Peter Lang GmbH, 1990.

TUCCI, Ida. Atti del Convegno internazionale. **La comunicazione parlata**. Napoles: [s.e.], fevereiro de 2006. p. 461-478.

ULDALL, Elizabeth. Dimensions of meaning in intonation. In: BOLINGER, D. **Intonation**. London: Penguin Books, 1972. [First published in ABERCROMBIE, David (ed). In honour of Daniel Jones. London: Longman, **1964**].

WICHMANN, Anne. The prosody of please-request: a corpus based approach. **Journal of Pragmatics**, 36.[s.l.] 2004. p. 1521-49.

WILSON, Deirdree, WHARTON, Tim. Relevance and prosody. **Journal of pragmatics**. 38. Issue 10. Outubro de 2006 . p 1559-1579.

YEOU, Mohamed; EMBARKI, Mohamed; AL MAQTARI, Sallal; DODANE, Christelle. F0 alignment patterns in arabic dialects. In: **XVI Internacional Congress of Phonetic Science**. Saarbrücken, agosto de 2007. Disponível em <<http://www.icphs2007.de>>. Acesso em 28 de dezembro de 2008. p. 1493-1496.

ŽARNIĆ, Berislav. Imperative change and obligation to do. In: SEGERBERG , Krister, SLIWINSKI, Rysiek (eds.). **Uppsala philosophical studies 51**: Logic, Law, Morality: Thirteen Essays in Practical Philosophy in Honour of Lennart Åqvist. Uppsala: Department of Philosophy, Uppsala University, 2003. pp. 79-95.

Texto científico recebido em: 19/08/2014

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 31/10/2014

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.